

Universidade e Comunicação na Edificação da Sociedade

Universidade e Comunicação na Edificação da Sociedade, inicialmente uma tese de doutorado na Universidade de São Paulo, encontra-se agora disponível em formato livro, editado pelas Edições Loyola. Trata-se de louvável iniciativa, pois amplia a possibilidade de difusão da idéia central defendida pela autora, Margarida Maria Krohling Kunsch, ou seja, a de que as universidades brasileiras deveriam repensar o modelo de comunicação para interagir de modo mais eficaz com a sociedade. É um trabalho que deveria ser lido pelos dirigentes das 84 universidades brasileiras (dado de 1988, citado pela autora).

Margarida Kunsch desenvolveu sua tese como parte dos requisitos para se tornar doutora em Ciências da Comunicação, pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Sob orientação de Sarah Chucid da Viá, em 1991. Ela partiu da hipótese, amplamente aceita, de que as universidades brasileiras - por meio de seus mais expressivos dirigentes, em diversos níveis hierárquicos - sabe que é fundamental divulgar o trabalho que realiza. Mas, paradoxalmente, há um número elevado de universidades que não se organizou de forma conveniente para realizar essa tarefa.

A comunicação, tudo indica, não costuma ser um ponto favorável

às universidades. Com raríssimas exceções (e a Unicamp quase sempre é apontada como um exemplo) a comunicação é sistematizada, entendida como parte de uma estratégia para responder à sociedade. Talvez isto se explique pelo gigantismo desse tipo de organização, pela dispersão - em muitos casos - de suas unidades de ensino e pesquisa, pelas disparidades de produção entre os vários setores, etc. É sintomático observar que, tendo enviado questionários para todas as universidades brasileiras identificadas (88), houve retorno de somente 29 universidades (mais precisamente, 11 federais, 8 estaduais, 9 particulares e 1 municipal).

Universidade e Comunicação na Edificação da Sociedade está estruturado em cinco capítulos. No primeiro - respensando o conceito de universidade - esboça-se um painel sobre o que é uma universidade, como se organiza, qual seu papel na sociedade e como a universidade tradicionalmente se organiza no Brasil. No capítulo dois, o objeto de análise é A Produção científica na universidade. Aqui, Margarida Kunsch analisa o que é produção científica e quais os critérios adotados para caracterizá-la, num contexto essencialmente relacionado com os cursos de pós-graduação.

A *Difusão da produção científica da Universidade* é o tema do capítulo nº 3. Nesse capítulo, a autora aborda questões relacionadas com o jornalismo científico e a difusão científica, termos que utilizados de maneira genérica têm legitimado algumas (conforme W. Bueno, em sua tese de doutorado, 1984, USP, citado pela autora). Apresenta-se um painel decorrente da pesquisa realizada jun-

to às universidades sobre os meios utilizados para a divulgação da produção científica. A dedução apresentada não é muito favorável às universidades, pois evidencia-se a inexistência quase geral de uma política institucional de divulgação científica por meio de programas específicos. Mesmo os mecanismos mais comuns (releases, jornal da própria universidade aí incluídos) não são utilizados com regularidade. Há, também, neste capítulo, dados de interesse imediato para os jornalistas e os meios de comunicação, que tratam da relação entre o jornalista e o cientista. Será interessante ler sobre o que pensam as universidades sobre o relacionamento de seus pesquisadores com a imprensa (Margarida ouviu somente este lado, como de resto em todos os demais tópicos de verificação e análise, pois o longo questionário que preparou foi enviado somente às universidades). É ainda nesse capítulo final, de nº 5, correlacionado com o capítulo 1, que trata das organizações complexas na sociedade, aqui se verifica quais devem ser os níveis que, necessariamente, uma universidade deve considerar para montar seu sistema de comunicação. Não será difícil constatar que, mesmo naquelas universidades que poderiam ser apontadas como melhor aparelhadas para enfrentar os problemas de comunicação, provavelmente nenhuma delas se estruturou de acordo com pressupostos apontados neste capítulo. O resultado de uma visita feita à Alemanha é apresentado, quando Margarida Kunsch relata como se faz comunicação na Universidade de Munique e na Universidade Católica de Eichstaett. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) também

mereceu uma análise individualizada, talvez provocada pela crença generalizada - em grande parte crível - de que essa é a universidade que melhor se comunica com a sociedade, dando realce imediato a tudo quanto ali se produz. É conveniente lembrar, contudo, que se é verdade que a Unicamp se organizou desde há muito, em termos de comunicação, mais correto ainda é verificar que, desde sua criação, em 1966, a ênfase foi para a produção de conhecimento e geração de tecnologias. Calcula-se que a Unicamp receba quase 50% das verbas do CNPq destinadas a subsidiar trabalhos de grupos científicos. Quer dizer, o mérito não é exclusivo da área de comunicação, mas da produtividade da universidade que, ao dispor de um setor que atua de maneira consistente, consegue repercutir junto à sociedade. Ainda assim, mesmo a Unicamp não está organizada de modo a cobrir todo o espectro de ações proposto pela autora na conclusão da tese.

O capítulo final - *Planejamento da comunicação na universidade* - apresenta a proposta da autora para um rearranjo das funções de comunicação na universidade. A pergunta fundamental aqui é "de que forma uma assessoria de comunicação bem montada poderia colaborar na transmissão dos conhecimentos gerados pela universidade?" É o que Margarida Kunsch procura responder, desde a página 109 até a 128.

Em síntese, o que se propõe é uma sistematização das atividades de divulgação para imprensa, relações públicas propaganda e publicações, planejadas no contexto de uma política unitária de comunicação. Acresce-se a essas sub-áreas uma quinta,

denominada pela autora de "centro de comunicação científica", cuja matéria prima seria um banco de dados composto com informações da produção universitária, com destaque para as teses e pesquisas. Organizar essas sub-áreas de modo integrado, no contexto de uma política de comunicação é o grande desafio que propõe Margarida Kunsch.

Um modelo organizacional que pudesse fornecer maior possibilidade de acesso às informações provenientes do imenso esforço que realiza a universidade, no campo do ensino, da pesquisa, das artes, etc. Certamente contribuiria para requalificar perante a sociedade este tipo de organização. Setores que recorrem com frequência à universidade em busca de referências e informações - e os meios de comunicação são exemplo pontual de usuários permanentes - certamente em muito se beneficiariam se houvesse um sistema como o proposto em **Universidade e Comunicação na Edificação da Sociedade**.

O livro não avança na direção de uma proposta formal e definição de mecanismos de coleta, manuseio e disseminação das informações. Este não era o objetivo central da tese. Mas aponta um caminho que, embora possa parecer utópico, menos pelos recursos materiais necessários e mais pela necessidade de completa revisão da mentalidade universitária - deveria ser tentado.

Roberto Medeiros,
jornalista, presidente da Associação
Brasileira de Jornalismo Científico
(ABJC), mestrando na Escola de
Comunicações e Artes da USP.

Rede imaginária; televisão e democracia

Novaes, Adauto (org.). . São Paulo,
Companhia de Letras/SMC, 1991.

O livro reúne textos produzidos para o seminário "Rede imaginária - Televisão e democracia", organizado pela Assessoria de Projetos Especiais da Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo em 1990. Fazendo uma reflexão sobre a presença da TV no mundo contemporâneo e sua relação com a modernidade, o seminário envolveu pensadores e profissionais de vários segmentos da cultura, com a articulação tanto de elaborações teóricas quanto proposições práticas sobre o papel da TV no Brasil. O livro está estruturado em duas partes. "A imaginação", com dez textos, que teorizam a imaginação nas suas vertentes criadora, do desejo, política, criação de signos e símbolos e sua relação com a racionalidade técnica, e "A construção do imaginário", com dezesseis textos, que buscam dar conta dos efeitos da produção televisiva, seus mecanismos, sua relação com os poderes e seu papel na produção televisiva, seus mecanismos, sua relação com os poderes e seu papel na produção do imaginário social. Uma apresentação de Adauto Novaes, As tramas da rede, abre o volume. Um apêndice inclui dados estatísticos sobre a televisão brasileira.

Nas suas especificidades na abordagem do fenômeno televisivo, os textos constroem um quadro abrangente sobre a questão da cultura sob a pressão da modernidade: o domínio do olhar em relação aos ou-

tros sentidos, a predominância da representação sobre o representado, a produção intensiva de imaginários sociais em um universo fragmentado, pluralizado e descontínuo que demanda dos sujeitos que nele estão inseridos novos modos de subjetivação que dêem conta de seu lugar e sua própria significação.

Os dois textos iniciais de Olgária Matos e Gerd Bornheim, dão uma direção de leitura para os desenvolvimentos realizados nos demais, Olgária (Imagens sem objeto) retoma o percurso da história da filosofia da alternância entre a noção de imagem e objeto. Do "desmerecimento filosófico da imagem, concebida como fonte de ilusão e engano" encetada por Descartes, à presença soberana da imagem no mundo contemporâneo - um universo de simulacros - o que está em questão é o primado da razão, "luz natural" em Descartes, "cegueira das Luzes" em Benjamin, que domina a mentalidade tecnicista contemporânea. Nessa alternância, é o sujeito e sua relação com o conhecimento e os modos de apreensão do real que dão o ponto de articulação para compreender o impasse da modernidade. Num mundo onde as leis de mercado regem a vida de cada um, há a perda da dimensão do olhar e a consequente dissolução do sujeito em uma multiplicidade de imagens, que, como bem o designa Olgária, são "imagens sem objeto".

Gerd Bornheim (Racionalidade e acaso) trabalha com os dois pólos presentes na tradição ocidental: a uma montagem de sistemas racionais, a uma intensiva sistematização como forma privilegiada de ordenação dos espaços e das relações entre os homens, liga-se uma verdadeira

cultura do acaso. Ora, acaso e razão aparecem em toda a história do pensamento ocidental e ligam-se ao próprio projeto humano de domínio da natureza, sendo a razão o elemento de domínio. Há, pois uma passagem do reino do acaso para o da racionalidade, num processo em que está em causa a própria concepção de verdade. O privilégio da razão estendeu-se à filosofia moderna, ampliando-se a concepção de que todo o organismo social deveria ser ordenado e sistematizado por princípios racionais. Se a filosofia contemporânea se levanta contra a hegemonia do racional, dirigindo-se para o voluntarismo, para o inconsciente, para a história voltada para o particular, recusando assim o próprio conceito de sistema, o mesmo não se deu fora do campo filosófico, já que se verifica ainda o triunfalismo quanto à necessidade e benefícios do sistema. Há uma paixão do todo sistematizar, visível na observação do funcionamento dos bancos, dos supermercados, do tráfego nas ruas ou as instalações de uma indústria. É exatamente a esse mundo ordenado e sistematizado, onde tudo parece estar subordinado ao controle humano, que o acaso retorna. E ele o faz no cerne mesmo do sucesso do sistema. Bornheim aponta, no entanto, mais que a possibilidade do acidente interferindo na racionalidade dos sistemas. O que ele identifica é uma cultura do acaso, uma certa conjugação de previsibilidade e imprevisibilidade. Cita como exemplo o futebol, um jogo que é armado para garantir o máximo de previsibilidade possível e que, ao mesmo tempo, tem sua sustentação na exploração dos acasos, de uma imprevisibilidade que pode reverter o resultado espera-

do de uma partida, sem a qual o próprio jogo não faria sentido. Ou a loteria em suas várias modalidades, onde a previsibilidade deve estar excluída, de tal forma que ela "só é plenamente ela mesma na vitória absoluta do acaso". Essa presença do acaso penetra a própria pesquisa científica, por exemplo, a física contemporânea, que trabalha com relações de indeterminação. Os exemplos se multiplicam na biologia, na psicanálise, na literatura, na filosofia, na arte. O que se verifica é uma revisão das distinções tradicionais, com a idéia de normatividade sofrendo invectivas radicais e precisas, em oposição à totalidade do pensamento ocidental.

Maria Rita Kehl (Imaginar e pensar) retoma o tema da imaginação e do pensamento, recorrendo à teoria freudiana. Trata-se da criança diante da TV, capturada em seu olhar pelas imagens em encadeamento incessante. Representante privilegiada da ordem social, a TV se propõe para a criança como objeto total, na medida em que não se ausenta, não a frustra, universalizando o imaginário e respondendo "com formulações do código social às questões mais subjetivas", sem que contrarie "em nenhum momento a lógica da realização do desejo". Por não produzir nem resistência às demandas infantis, nem introduzir nada da ordem do conflito ou da falta, a televisão não permite que a criança simbolize seu discurso. Como o pensamento se dá por distanciamento em relação ao objeto e por um processo em que o adiamento da satisfação do desejo é fundamental, a conclusão de Maria Rita é que, por sua presença massiva na vida da criança, a televisão, se não chega a impedir o pensamento, fun-

ciona de maneira a torná-lo desnecessário. Que modos de subjetivação se verificam nesse processo, é a questão.

Arlindo Machado (A cultura da vigilância), irá retomar o modelo panóptico de Jeremy Bentham, reconstituindo-o multiplicado em aeroportos, supermercados e outros espaços públicos através das câmeras de vídeo que registram os movimentos e ações dos sujeitos inseridos nesse espaço. Um instrumento de controle e disciplinarização bastante eficaz que, numa formidável reversão, se transforma em equipamento de estimulação erótica nos hotéis, em que os amantes, enquanto se tocam, se contemplam na tela de TV, chegando ao ponto de condicionarem a própria atração à possibilidade dessa contemplação.

A linguagem da TV, os recursos tecnológicos, que permitem uma imediatividade de acesso ao acontecimento, aliados à velocidade de apresentação e a uma fragmentação da realidade apresentada são objeto de reflexão de Teixeira Coelho (O imaginário da morte). O que ele pergunta é pela adequação do modelo televisivo à nossa realidade, o que ele produz e que alternativas poderiam ser utilizadas no sentido de um uso menos saturante do meio. Se Pessoa pode dizer "Fui educado pela imaginação", é possível ainda educar-se dessa maneira com imagens que nos cercam de todos os lados?

Trata-se, então, de condenar um veículo, ou encontrar para ele um uso menos saturante e mais inventivo? Questão presente tanto na crítica ao consumismo por Décio Pignatari (Simbologia do consumo na TV), quanto nas propostas de programa-

ção alternativa, em particular a infantil (Meirelles, A infância consumida), ou na discussão sobre a necessidade de distinção entre espetáculo, como manifestação legítima da cultura, e simulacro, como entretenimento da indústria cultural, e sua relação com o grau de alfabetização e de cultura de um povo (Santiago, Alfabetização, leitura e sociedade de massa). O que fica evidente nos textos é o reconhecimento da presença excessiva da mídia televisiva em nosso país, determinada por fatores conjunturais de ordem econômica, social, cultural e histórica (Ferreira, As redes de TV e os senhores da aldeia global; Nepomuceno, A construção da notícia; Bojunga, A construção da notícia 2), e o esforço na busca de alternativas de democratização da TV (Comparato, é possível democratizar a televisão?) que lhe dêem maior legitimidade como veículo de informação e de cultura. Dados significativos sobre esses esforços de democratização, a ruptura do monopólio das grandes redes e a segmentação (Festa e Santoro. A terceira idade da TV) e as experimentações em curso (Jacira Melo, Video popular, uma alternativa de TV)), assim como alguns efeitos da comunicação televisiva e sua comparação com outros veículos de comunicação de massa (Ricardo Arnt, A desordem do mundo e a ordem do jornal; Inácio Araújo. O trabalho da crítica), seu uso pela publicidade (Bahense, Vítima ou cúmplice?) e pela política (Sérgio Miceli, O dia seguinte) fazem desta publicação um instrumento importante para reflexão e análise da participação dos meios nos rumos nacionais de democratização. A interdisciplinaridade que caracteriza o

conjunto dos textos enriquece a reflexão e evita os lugares comuns presentes nos debates sobre a TV, que tendem a oscilar entre o preconceito ligeiro e monolítico, vendo nela um instrumento unicamente de alienação e dominação, ou o discurso triunfalista que não sai do olhar fascinado para a técnica e seu avanço.

**Prof. Dra. Heloisa Helena
Gomes de Matos, CRP-ECA**

Le langage en spectacle

Henri Boyer
Éditions L. Marmattaan
Paris, 1991
Por Murilo Cesar Soares

Henri Boyer é um linguista, mas seu livro não trata o tema para especialistas, abrindo-o para um leque de interessados na compreensão do papel da linguagem na modelagem das questões públicas, seja no movimento social seja na política. Seu objetivo é analisar o fenômeno da espetacularização das palavras, num tipo de celebração linguística que a mediatização crescente da sociedade exacerbou.

O primeiro capítulo trata do caso dos camponeses da região francesa de Larzac, em luta pelos seus direitos. Examinando os discursos e textos produzidos pelos camponeses, o autor considera que sua luta pode ser considerada como um espetáculo construído através dos discursos ("oficiais", "ordinários", "mediáticos") e outras práticas significantes. A aventura da resistência dos campo-

neses se transformou em espetáculo: todo discurso em situação de conflito social é sempre mais ou menos uma encenação dessa situação de conflito.

O caso do Larzac não pode se resumir a uma teatralização. Porém os textos dos camponeses põe em evidência espetacularizações complexas, em que a luta foi ao mesmo tempo o objeto e a causa. A linguagem desempenhou naquele movimento, como em inúmeros conflitos sociais, um papel determinante, cujos atores estiveram, no conjunto, conscientes.

DA PALAVRA-TABU À PALAVRA-SLOGAN

O livro conta a história de como o termo eurocomunista foi banido no IV congresso do Partido Socialista da Catalunha - PSUC - e recuperado no V Congresso, no qual a palavra "eurocomunismo" foi praticamente o único tema. Os que manifestavam um desacordo quanto à utilização do termo eurocomunismo invocavam os perigos da divisão, a ambiguidade semântica da palavra. Finalmente, a aprovação do uso da expressão acabou promovendo a separação dos comunistas ortodoxos que saíram para formar seu próprio partido. O fato de que esse racha tenha sido declaradamente resultado de uma palavra diz muito sobre seu funcionamento simbólico, sobre seu estatuto, pondo em evidência claramente que não era seu significado que estava em questão mas um tipo de hipertrofia de seu valor pragmático: não era mais a denominação de certa linha política, mas o instrumento privilegiado de reconhecimento

dessa linha. Retirar a palavra do discurso público era renunciar àquela linha, utilizar a palavra no discurso público era reivindicar, proclamar, confirmar a linha. Uma disputa de poder, conclui o autor.

Porém a parte mais interessante do livro é a análise do discurso político do socialismo francês do período 1981-1988, especificamente as palavras-slogan do governo Mitterrand. Através delas, os socialistas estabeleceram o que o autor chamou de processo mediático de focalização léxico-pragmática, inserindo com tal intensidade seu uso no vocabulário político que elas se tornam verdadeiros totens. O discurso político, por sua vez, foi glosado pelo discurso jornalístico, de maneira que ambos acabaram implicados nesse processo de focalização.

O discurso político é um lugar extremamente propício à espetacularização verbal. Certas palavras, em número necessariamente limitado, excedem seu sentido comum, se autonomizam, tornando-se como que poções mágicas, medicamentos capazes de recolocar a nação sobre seus pés. Seu sentido está mais naquilo que evocam do que no que elas significam e esse fato depende muito da evidência que recebem nos meios de comunicação. Recebem diversas denominações, como "palavras-tema", "palavra-testemunho", "palavras-chave" ou "palavras-choque" ou ainda "palavras emblemáticas", signos que, sozinhos, são perlocutórios.

O VOCABULÁRIO SOCIALISTA

Para o autor, solidariedade se reconverteu em palavra-choque para

as necessidades de um discurso estatal fundamentalmente argumentativo e autolegitimante. A tendência se não ao apagamento, pelo menos à normatização do emprego de *solidariedade* coincidiu com o emprego de uma nova política econômica (1982-83). É a palavra *rigor* que vai, então, ser investida da função encantatória do discurso oficial e, rapidamente (1984), *modernização sofrerá a mesma sorte. Porém solidariedade* parece continuar para os socialistas uma palavra-slogan importante.

O espetáculo das palavras na cena política é largamente dirigido por aqueles que detêm o poder e controlam o discurso estatal. Cada poder tem suas próprias palavras-slogans. No governo de J. Chirac, a denominação do ministério da Economia acolheu a nova palavra-slogan "privatização" e o nome do ministério dos Assuntos Sociais acrescentou a palavra "emprego"... A direita francesa também soube perfeitamente trabalhar a focalização das palavras evocando a *liberdade* para se relegitimar ideologicamente e reconquistar o poder em 1986.

Solidariedade foi uma das palavras mais utilizadas desde a vitória de Mitterrand em 1981, no discurso e nos meios, servindo de nome a um ministério, o da Solidariedade nacional. Sua trajetória, durante o primeiro ano da mudança política na França, foi exemplar: a palavra enfeixou o estoque limitado de signos que, num dado momento, funcionaram sobre o plano simbólico, encantatório. Solidariedade, na verdade, tornou-se uma "palavra-choque". Houve uma forte autonomização da praxis linguística; *solidariedade* tendeu a ser nada mais que um instru-

mento de produção de efeitos. A palavra não é mais usada pelo seu valor denotativo, mas por seu valor conotativo, sugestivo, pelo feixe de evocações que seu emprego libera (*solidariedade - fraternidade - justiça - equidade - ajuda mútua...*).

Solidariedade é um termo que se opõe à luta de classes. Ela está entre os sete valores de referência dos socialistas: liberdade, democracia, solidariedade, primazia do direito, autonomia, domínio do progresso técnico e a paz. Para ele, a solidariedade é incontestavelmente um valor moral. A palavra entrou agora no patrimônio linguístico francês, evocando uma maneira menos conflitual de abordar os problemas de injustiça e desigualdade, legitimando todo esforço nacional de proteção social. Mas o conceito vai mais longe. Por exemplo, o tratamento dos desequilíbrios ou das desigualdades inter-regionais, é considerado um caso de solidariedade.

"RIGOR PARA MODERNIZAR A FRANÇA!"

A partir de 1983, o governo passa a ser do "*rigor*" da esquerda (distinto da austeridade da direita), proclamando uma continuidade política cada vez menos evidente aquela da *solidariedade*. Frequente-mente, o discurso jornalístico recuou distinguir *rigor* e *austeridade*, usando as duas palavras como variantes livres.

Logo em seguida, *modernização* teve uma progressão espetacular como *solidariedade*. É a fase do "socialismo moderno", como disseram os detratores. Mitterrand pro-

move em 1987 o princípio: "Sociedade moderna, sociedade solidária."

REUNIÃO E ABERTURA

Em 1988, *reunião* e a *abertura* estiveram na ordem do dia da eleição presidencial, na estratégia de Mitterrand. O slogan era "A França unida". Ele pergunta "quem recusará a reunião pela justiça social?" O presidente apela à reunião ao invés do confronto entre socialistas e os demais agrupamentos políticos. Abertura, por sua vez, continua nessa mesma direção significando o apelo aos ministros não socialistas, à composição. Uma pesquisa mostrou que o tema da *abertura* interessava "muito" (18%) ou "bastante" (41%) aos franceses.

As reações não tardaram. Chirac criticou a abertura como uma encenação, dizendo que os socialistas são muito sectários, ideológicos e dogmáticos. O senador socialista Malenchou, ao contrário, denunciou a abertura por ceder ao confucionismo ambiente que "nos gostaria de fazer crer que entre a direita e a esquerda não há mais diferença". Por fim, Roncard tentou dar um conteúdo mais preciso à abertura, dizendo que "é a esperança de deslocar a fronteira das confrontações políticas e modificar os comportamentos de uma parte e de outra."

Boyer conclui que a focalização lexicopragmática do signo, produzindo a palavra-slogan. Esta abandonaria o papel de simples designante, para participar da tentativa de empolgar a opinião pública, num contexto eminentemente conflitual. A discussão da fetichização da palavra nos ajuda a compreender o processo

político enquanto fenômeno comunicativo, em que a luta pelo poder corresponde necessariamente a uma luta pela linguagem.

"Propaganda Subliminar Multimídia"

Flávio Calazans, SP: Editora Summus, 1992

O livro "Propaganda Subliminar Multimídia" de autoria do professor e pesquisador Flávio Calazans possui um atributo especial neste polêmico tema. Um dos pontos altos que a obra apresenta é o de levantar a discussão, através de uma vasta bibliografia (mais de 170 livros, artigos e teses consultadas), procurando desta forma desvendar o verdadeiro mistério e "lenda" que foi criado em torno do assunto.

Apesar de ter uma linguagem simples e acessível, o livro é o resultado de uma pesquisa científica, realizada para a elaboração de sua Dissertação de Mestrado defendida na Escola de Comunicações e Artes (ECA) na Universidade de S. Paulo (USP) em 1990.

O Trabalho vai além da mera atualização bibliográfica. Calazans dá uma nova visão para o Subliminar, retificando e ampliando o conceito original que era ligado a mera projeção de 24 quadros por segundo em uma tela de cinema. Ele explica que isto nunca existiu, e afirma que o americano Jim Vicery em 1956, ao invés de usar um projetor de cinema comum, utilizou um aparelho cha-

mado "Taquioscópio" que projetava imagens na velocidade de 1/3.000 por segundo. este efeito não permitia que os espectadores percebessem que imagens estavam sendo projetadas na tela do cinema.

Segundo o livro, o Subliminar está inserido em todos os Meios de Comunicação, como: rádio, TV, jornal, cinema, quadrinhos entre outros. Durante a sua pesquisa, Calazans percebeu que uma das formas Subliminares, consistia em colocar uma imagem dentro da outra. Por isso, ele denominou esta técnica de "Iconeso", ou seja a junção de duas palavras gregas: Icone (imagem) e Eso(dentro).

Criou também um Quadro que chamou de "Sinótico", onde catalogou os 5 sentidos humanos e a sua relação direta com as dezenas de formas Subliminares que podem atingí-los.

O autor utiliza teorias do famoso psicanalista Carl Gustav Jung para demonstrar a veracidade e importância que este fornecia a esse tema. Trabalha também com a Semiótica Peirciana através dos eixos Sintagmáticos e Paradigmáticos, procurando relacioná-los com a leitura realizada pelos dois hemisférios cerebrais.

O valor desta obra é o de avançar de forma inteligente e didática, através de argumentação científica, neste Tema tão intrigante e fascinante para estudiosos de Comunicação Social e pesquisadores em geral.

Robson Bastos Silva

Doutorando em Comunicação e semiótica - PUC-SP - Professor

Universitário - Univers. Taubaté -

UniTau - Inst. Metodista Ens. Superior -

Univers. Católica de Santos - UniSantos.

O conhecimento do jornalismo

Eduardo Meditsch

Florianópolis, Editora da UFSC, 1992

Capa de Ricardo Barreto

Prefácio de Nilson Lage

100p. Cr\$ 35.000,00

O livro trata o jornalismo como forma de conhecimento da realidade, e o compara com outras formas de conhecimento do mundo, como a ciência e a arte. Ao mesmo tempo em que afirma a especificidade do jornalismo e sua importância para a preservação da democracia numa sociedade cada vez mais tecnocrática, aponta os perigos desta forma de conhecimento ser relegada a um segundo plano, e aponta como isso ocorre até nas escolas que ensinam a profissão.

Analisando o ensino de jornalismo, o autor pesquisou a origem das "escolas de comunicação" em seu formato atual, e demonstra como a "comunicologia" é uma idéia fora do lugar, mal traduzida entre nós. Eduardo Meditsch propõe uma nova teoria do jornalismo construída a partir da prática profissional: "Se o jornalismo produz conhecimento -- diz ele -- não basta às escolas formar comunicadores, é preciso formar produtores e comunicadores de conhecimento".

Para superar a dicotomia entre teoria e prática atualmente existente, as escolas não podem continuar ensinando apenas a forma do jornalismo. o autor propõe em troca uma "pedagogia do conteúdo", cujas bases encontra na teoria de Paulo Freire.

O trabalho consolida o esforço que vem sendo desenvolvido na Uni-

versidade Federal de Santa Catarina para a construção de uma teoria do jornalismo, a partir das obras de Nilsson Lage (autor do prefácio, ex-professor da UFRJ agora radicado em Florianópolis) e Adelmo Genro Filho. A atividade da UFSC recebeu o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas, que em 1990 criou em conjunto com a universidade catarinense o "Programa Permanente de Pesquisa para a Democratização e o Aperfeiçoamento do Jornalismo" (PPPJ), do qual Meditsch é o coordenador. Este livro é a primeira publicação do Programa.

A principal proposta de *O conhecimento do Jornalismo* é a construção de uma teoria a partir do ponto-de-vista da atividade jornalística, e aplicada a ela, que auxilie aqueles que vão trabalhar na profissão a desempenhar melhor suas atividades. "Em matéria de jornalismo, não pode haver separação entre competência e espírito crítico, que tem que ser a mesma coisa", defende o autor, que defendeu dissertação de mestrado a respeito do assunto na USP. Meditsch é professor de jornalismo há dez anos e antes disso passou por várias redações no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

O Conhecimento do Jornalismo é um livro dirigido aos profissionais preocupados em refletir teoricamente sobre a profissão, e principalmente aos professores e estudantes de jornalismo.

Pedidos podem ser feitos por reembolso postal ou cheque nominal para Editora da UFSC - Caixa Postal 476 - CEP 880400-900 Florianópolis - SC - Brasil Fax 482-344069 - Telex 482-240

O Tempo e o Espaço na Condição Pós-Moderna

Harvey, David - Condição Pós-Moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1992, 350 p.

David Harvey trabalha a condição pós-moderna a partir das categorias de tempo e espaço. "O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo".

Nesta perspectiva afirma que a mudança da experiência do espaço e do tempo teve muito a ver com o nascimento do modernismo e com seus confusos vagares de um lado para o outro da relação espaço-temporal.

Continuando este raciocínio enfatiza que "se isso é verdade, vale muito a pena explorar a proposição de que o pós-modernismo é alguma espécie de resposta a um novo conjunto de experiências do espaço e do tempo, uma nova rodada na compreensão do tempo-espaço.

Marx, Weber, Adam Smith e Marschall, pensadores da modernidade, privilegiam, por exemplo, a existência de alguma ordem espacial preexistente, na qual operam processos temporais, onde as barreiras espaciais foram reduzidas a tal ponto que tornaram o espaço um aspecto contingente, em vez de fundamental, da ação humana.

Na pós-modernidade há a preponderância do espaço sobre o tempo. J. B. Baudrillard, um dos pensadores da pós-modernidade, conceitua o aspecto espacial índice marcante deste final de século. Em seu livro

América, citado por Harvey, "considera os Estados Unidos uma sociedade tão entregue à velocidade ao movimento, às imagens cinematográficas e aos reparos tecnológicos que gerou uma crise da lógica explicativa."

Esses elementos representam, para Baudrillard a fragmentação, "o triunfo do efeito sobre a causa, da instantaneidade sobre a profundidade do tempo, o triunfo da superfície e da pura objetificação sobre a profundidade do desejo."

Quando J. Lacan usou a imagem do espelho e da criança nele refletida para representar a fase constitutiva do ego, chegou à concepção de um ser unitário, que reconhecia sua identidade.

A sociedade citada por Harvey a partir do texto de Baudrillard produz a queda do espelho, título de uma das partes do livro. O sujeito explode em fragmentos. A própria fragmentação regional de espaços geográficos quebra unidades nacionais constituídas na modernidade e obriga a visão de uma nova ordem universal e geográfica.

Harvey acredita que em termos filosóficos "a mescla de um pragmatismo americano revivido com a onda pós-marxista e pós-estruturalista que abalou Paris depois de 1968 produziu o que Bernstein chama de raiva do humanismo e do legado do iluminismo."

Segundo o autor esta postura desemboca numa "vigorosa denúncia da razão abstrata e numa profunda aversão a todo projeto que busque a emancipação humana universal pela mobilização das forças da tecnologia da ciência e da razão". Aqui, ninguém menos que o Papa João Paulo II

toma também partido do pós-moderno", enfatiza David Harvey.

A adesão da Igreja Católica, citada por Harvey, explica-se pelo pensamento de Jurgen Habermas, que surge como epígrafe do capítulo IV do livro *A condição Pós-Moderna*:

"O novo valor atribuído ao transitório, ao fugidio e ao efêmero, a própria celebração do dinamismo, revela um anseio por um presente estável, imaculado e não corrompido".

Na mesma página, há o pensamento, também em epígrafe de Neil Smith, que sintetiza a posição de muitos pensadores da pós-modernidade:

"O Iluminismo está morto, o Marxismo está morto, o movimento da classe trabalhadora está morto... e o autor também não se sente muito bem".

Evidentemente é uma radicalização esta postura de Neil Smith. Implica na proposta de repensar o que já foi e procurar o que virá a ser o homem, na busca de uma nova identidade no século XXI, depois de fragmentado em sua unidade racional. Sintetiza também o livro *A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA*, que não apresenta soluções, mas instiga os pensadores da cultura atual a tomarem uma posição na busca da identidade perdida.

GLÓRIA KREINZ - Doutora em Ciências da Comunicação, Pesquisadora do Núcleo José Reis de Divulgação Científica, ECA/USP.